



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
TOCANTINS  
Campus Palmas

## **CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JACIARA COSMO DO NASCIMENTO

## **EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO IFTO CAMPUS PALMAS**

Palmas  
2020

JACIARA COSMO DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO IFTO CAMPUS  
PALMAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas, como exigência para a obtenção do grau de Tecnólogo Superior em Gestão Pública.

Orientadora: Ana Carolina Nogueira Falcão

Palmas  
2020

JACIARA COSMO DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO IFTO CAMPUS  
PALMAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas, como exigência para a obtenção do grau de Tecnólogo Superior em Gestão Pública.

Aprovado em 15 / 12 / 2020

**BANCA AVALIADORA**

Prof. Mestre Ana Carolina Nogueira Falcão

---

Prof. Mestre Elaine da Cunha Silva Paz

---

Prof. Mestre Paulo da Silva Paz Neto

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

---

N244e Nascimento, Jaciara Cosmo do  
Educação para as pessoas com deficiência no IFTO Campus  
Palmas / Jaciara Cosmo do Nascimento. – Palmas, TO, 2020.  
28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública)  
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,  
Campus Palmas, Palmas, TO, 2020.

Orientadora: Ma. Ana Carolina Nogueira Falcão  
Coorientadora: Ma. Elaine da Cunha Silva Paz

1. NAPNE. 2. Inclusão. 3. Educação. I. Falcão, Ana Carolina  
Nogueira. II. Paz, Elaine da Cunha Silva. III. Título.

**CDD 350**

---

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar forças, saúde e sabedoria para a realização deste trabalho, também a minha orientadora Ana Carolina Nogueira Falcão pelos ensinamentos e as orientações.

Agradeço a minha mãe pelo apoio, as minhas irmãs pelo incentivo, a todos professores do curso de Gestão Pública IFTO, Campus Palmas, pela colaboração e, também, meus amigos e colegas.

## RESUMO

A educação inclusiva visa inclusão de todos, nesse sentido, o propósito do presente trabalho foi compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação no IFTO, Campus Palmas. Para isso, foi necessário identificar as iniciativas e evidências sobre as políticas de inclusão e diversidade do IFTO para os alunos com deficiência, conhecer os estímulos à permanência estudantil no IFTO, estudar os principais objetivos do NAPNE, em prol das pessoas com deficiência. Para coleta dos dados foi utilizada uma pesquisa documental, em documentos institucionais do IFTO, sobre o tema abordado. Os resultados da pesquisa foram possíveis após a análise dos dados, em que se pode observar que a atuação do NAPNE - IFTO Campus Palmas é fundamental para o acesso e permanência dos alunos com deficiência, sendo importante destacar a relevância da criação da política de inclusão do IFTO, bem como também os estímulos a permanência estudantil. Portanto, torna-se evidente que o NAPNE/ IFTO Campus Palmas tem um papel importante para o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Vê-se, pois, que a educação é essencial para o desenvolvimento do ser humano.

**Palavras-chave:** NAPNE<sup>1</sup>. Inclusão. Educação.

---

<sup>1</sup> Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

## ABSTRACT

Inclusive education aims to include everyone. In this sense, the purpose of this paper was to understand the performance of the Center for Assistance to People with Specific Needs - NAPNE, for access and permanence of students with disabilities in education at IFTO Campus Palmas. For that, it was necessary to identify the initiatives and evidence on the IFTO's inclusion and diversity policies for students with disabilities, to know the incentives for student permanence in the IFTO, to study the main objectives of NAPNE in favor of people with disabilities. To collect the data, a documentary research was used, in institutional documents of the IFTO, on the topic addressed. The results of the research were possible after analyzing the data, it can be seen that the performance of NAPNE - IFTO Campus Palmas is fundamental for the access and permanence of students with disabilities, it is important to highlight the relevance of the creation of the IFTO inclusion policy as well as well as incentives for student stay. Therefore, it is evident that the NAPNE / IFTO Campus Palmas has an important role in teaching and learning to students with disabilities. It is seen, therefore, that education is essential for the development of human beings.

**Key-words:** NAPNE<sup>2</sup>. Inclusion. Education.

---

<sup>2</sup> Service center for people with specific needs.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas de inclusão e diversidade.....	22
Quadro 2 – Estímulo à permanência.....	23
Quadro 3 – NAPNE - IFTO Campus Palmas.....	24



## LISTA DE SIGLAS

IFTO	Instituto Federal do Tocantins
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
CID	Coordenação de Inclusão e Diversidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
AEE	Atendimento Educacional Especializado
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
CESP	Coordenação de Esportes
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	JUSTIFICATIVA.....	10
1.2	OBJETIVO GERAL.....	11
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL</b> .....	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>PRINCIPAIS LEIS QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .....	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFTO CAMPUS PALMAS</b> .....	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>POLÍTICAS EDUCACIONAIS</b> .....	<b>18</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>20</b>
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>22</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é destinada para as pessoas com deficiência, voltada para o aprendizado, de modo a atribuir o desenvolvimento e a integridade social. Agregando a qualidade no atendimento educacional dentro da sala de aula. Além disso, fomentar as capacitações de professores na área da educação inclusiva para atuarem no processo pedagógico.

Dessa forma, a educação inclusiva tem como finalidade suprir as necessidades educacionais das pessoas com deficiência, visando progresso da educação brasileira. Nesse sentido, a educação inclusiva busca incluir todos sem exceção. Esta pesquisa busca conhecer as políticas de inclusão do IFTO para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação.

Diante de vários desafios que as pessoas com deficiência enfrentam no meio social, fica evidente que no meio educacional não é diferente, por isso é importante leis que favoreçam com que essas pessoas possam ter uma aprendizagem de qualidade, que futuramente venham se tornar excelentes profissionais para o mercado de trabalho. Portanto, esta pesquisa se delimitou em colher informações para responder ao seguinte problema: as políticas de inclusão do IFTO auxiliam no acesso e na permanência das pessoas com deficiência na educação?

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação no IFTO Campus Palmas. Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa é necessário identificar as iniciativas e evidências sobre as políticas de inclusão e diversidade do IFTO para os alunos com deficiência, conhecer os estímulos à permanência estudantil no IFTO, estudar os principais objetivos do NAPNE, em prol das pessoas com deficiência.

A educação é fundamental para formação de um cidadão, sendo um direito de todos o acesso a essa sem distinção, mas ainda existe um grande número de evasão escolar no Brasil, seja por situação econômica, social entre outros diversos motivos, principalmente, em relação às pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Nesse contexto, o presente trabalho tem como proposta apresentar as políticas de inclusão do IFTO para as pessoas com deficiência, e atuação do NAPNE no IFTO - Campus Palmas, voltada para garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A educação inclusiva tem como alvo dar suporte aos alunos com deficiência, que precisam de um atendimento especial na educação, como também estabelecer uma democracia para que todos tenham direitos iguais sobre a educação, a fim de que todos sejam tratados sem distinção (BUENO, 2014).

Nos últimos anos têm ocorrido vários avanços na educação para as pessoas com deficiência, entretanto, ainda existem vários desafios para serem enfrentados, portanto, para ter um sistema educacional eficiente é necessário possuir profissionais capacitados na área da educação inclusiva, entre outros elementos, que são essenciais no processo educacional para evitar a evasão escolar. Logo que os progressos são essenciais para educação inclusiva, para que assim seja garantido o direito à educação aos alunos com deficiência, desde o Ensino Básico ao Ensino Superior.

O que impulsionou a realização desta pesquisa foi compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação no IFTO Campus Palmas.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação no IFTO Campus Palmas.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as iniciativas e evidências sobre as políticas de inclusão e diversidade do IFTO para os alunos com deficiência;
- Conhecer o estímulo à permanência estudantil no IFTO;
- Estudar os principais objetivos do NAPNE em prol das pessoas com deficiência.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL**

A educação para as pessoas com deficiência teve início na Europa durante o século XIX, com isso se despertou a necessidade de inserir as pessoas com deficiência no meio social. Leonardo e Barroco (2018) afirmam que a interação dos alunos com deficiência com o ambiente escolar ajuda no desenvolvimento, entretanto, é preciso de uma atenção maior voltada para o processo educacional para essas pessoas.

Com o surgimento da declaração dos Direitos Humanos em Paris, no ano de 1948, o direito à educação passa ser para todos sem distinção, de certo modo, aconteceu como um marco histórico para a educação aos deficientes, entre outros direitos que foram conquistados. Assim, reverte-se a importância que todos precisam de oportunidades iguais, para que todo esse processo ocorra é necessário que todos tenham os mesmos direitos (ACIEME; SALA, 2013).

Nessa época também ocorreram fatos importantes, como a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 1975, declarado pela ONU. Em vista disso, trouxe um conjunto de direitos que asseguram as pessoas portadoras de deficiência o exercício pleno de sua cidadania, tornando assim sua abrangência tanto em território nacional com internacional (LIMA; PINTO; PEREIRA, 2011).

Segundo Smith (2009), os primeiros experimentos de reabilitação em crianças com deficiência foram realizados na França, em 1979, por Jean Marc Gaspard Itard. Desse modo, contribuiu para o progresso da educação aos deficientes no Mundo, Jean Itard acreditava que através da educação fosse possível o desenvolvimento social dos deficientes.

As políticas de integração das pessoas com deficiência ganharam um maior impulso após o reconhecimento do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, em 1981, pela Organização das Nações Unidas (ONU), fazendo assim que a pessoa com deficiência tenha os mesmos direitos que as pessoas "ditas normais" (VEIGA, 2020).

No Brasil, a educação para as crianças com deficiência deu seus primeiros passos institucionais entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Essa chegou para que as pessoas com deficiência tenham o direito a estudar com qualidade, para

que assim seja garantido o aprendizado de todos e, também, seu desenvolvimento (JANNUZZI, 2017).

Com a Constituição Federal de 1988 foram norteados os direitos para as pessoas portadoras de deficiência, tais como: direitos à educação, saúde, entre outros direitos que são fundamentais para promover a preparação das pessoas com deficiência no trabalho e, também, seu bem-estar na sociedade (BUBLITZ, 2018).

Quando houve o início das políticas voltadas para a educação no Brasil, também foi criado o plano de ações de integração das pessoas com deficiência. Em 1989, foi criada a Lei nº 7.853, um dos movimentos que contribuiu para a integração social das pessoas com deficiência, valendo lembrar que também foi um dos passos mais importantes para o ingresso à educação para os deficientes (FERREIRA, 2014).

Com a Declaração Salamanca de 1994 houve o impulsionamento no progresso da educação inclusiva na luta pelo o acesso à educação para os deficientes, logo mais com o aprimoramento da Lei nº 9.394/96, a qual estabelece as diretrizes para o desenvolvimento da educação. Trata-se, inegavelmente, de que as normas que regulamentam o acesso à educação para as pessoas com deficiência precisam, cada vez mais, se aperfeiçoar para que todas as pessoas com qualquer tipo de deficiência tenham acesso à educação (FERREIRA, 2020).

### 3 PRINCIPAIS LEIS QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A primeira lei que passou a regulamentar a educação, no Brasil, foi a primeira Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Logo mais, no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, trazendo a igualdade de direitos a todos, sendo assim promovendo o acesso à educação aos portares de deficiência e integração social (BUENO; BRAGHINI; MUNAKATA, 2018).

Em seguida, em 1996, foi criada a nova LDB, Lei nº 9.394/96, a atual LDB estabelece as Diretrizes da Educação brasileira, com o objetivo de promover o desenvolvimento e incluir todos no processo educacional. Com isso, a educação para as pessoas portadoras de deficiência passou a ser de preferência na rede de ensino regular, com atendimento educacional especializado e com assistência para sua permanência (BRASIL, 1996).

Pode-se dizer que as legislações brasileiras que se desenvolveram ao longo dos anos reforçam o progresso da educação inclusiva. Nesse contexto, fica claro que é dever do Estado oferecer uma educação de qualidade. O mais preocupante, contudo, é constatar que muitas Instituições de Ensino ainda não estão preparadas para receber pessoas portadoras de deficiência. Não é exagero afirmar que a falta de assistência para essas pessoas pode provocar uma evasão (STOBÄUS; MOSQUERA, 2012).

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 63):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme explicado acima, as legislações educacionais brasileiras trouxeram importantes pontos sobre a inclusão das pessoas com deficiência. É exatamente o caso do AEE, Atendimento Educacional Especializado, destinado para os alunos portadores de deficiência para dar suporte em sala de aula comum, o que importa, portanto, é ter profissionais com capacitação e estes possuírem recursos para garantirem o acesso e permanência desses alunos (OLIVEIRA, 2019).

Segundo Pinho (2009), a formação de professores na área da educação para as pessoas com deficiência é essencial, os quais precisam de atenção maior na hora



de aprender e ter uma maior absorção dos conteúdos ministrados dentro da sala de aula. O autor deixa claro que as políticas públicas oferecidas pelos cursos de capacitação de professores são como um suporte para os atendimentos para os alunos com deficiência.

De acordo com a LDB, art. 59, para o atendimento dos alunos com deficiência é necessário (BRASIL, 1996, art. 59): “III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Para a aprendizagem dos alunos com deficiência é fundamental a capacitação dos professores. Para que esses profissionais sejam capazes de identificar a necessidades de cada aluno e, assim, formular conteúdos que proporcionam uma maior inclusão (DINIZ, 2017).

Os resultados desse quadro ocorrem em função de movimentos sociais, em busca dos diversos direitos conquistado até os dias atuais. Por isso, fica evidente que as mudanças realizadas na legislação brasileira surgem como indispensáveis para a evolução da educação para as pessoas portadoras de deficiência. Espera-se, dessa forma, que um número cada vez maior de pessoas com deficiência possa ingressar na educação.

#### 4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFTO CAMPUS PALMAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, o IFTO Campus Palmas é responsável pela capacitação de vários profissionais para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuir com o desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, Art. 6, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (BRASIL, 2008, art. 6).

O acesso à educação é fundamental para formação de um cidadão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Palmas, oferece vários cursos e entre esses são ofertados: o Ensino Médio Integrado, Cursos Técnicos concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio, e Cursos Superiores (IFTO, 2013).

De acordo com o Regimento Geral do IFTO (2019, p. 21):

Art. 57. A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis é o órgão responsável por planejar, discutir, fomentar, implementar, acompanhar, avaliar e executar a política de assuntos estudantis do IFTO, além de articular e promover ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes.

Durante o processo educacional, as pessoas com deficiência ou com algum tipo de necessidade específica precisam ter uma atenção maior para garantir a aprendizagem, nesse sentido, para atender aos estudantes com deficiência o IFTO - Campus Palmas, por meio da "Portaria nº 292/2008/GAB/ Campus Palmas, foi oficializado o Núcleo de Atendimento às Pessoas com necessidades específicas - NAPNE/IFTO - Campus Palmas" (IFTO, 2017, p. 03).

Entre os principais objetivos do NAPNE/ IFTO - Campus Palmas estão (IFTO, 2017, p. 04):

- I - Instituir programas e projetos na área da educação inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão com êxito de alunos com necessidades específicas no IFTO;
- II - Estabelecer e divulgar políticas de inclusão e ações afirmativas no tocante a legislação em vigor no país;
- III - Proporcionar apoio sócio psicopedagógico aos docentes, quanto à inclusão de alunos com necessidades específicas;
- IV - Atender as especificidades dos discentes com necessidades específicas matriculados no IFTO;
- V - Oferecer orientações, capacitações, adequações e adaptações que garantam a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas.

A educação inclusiva tem como proposta incluir as pessoas com necessidades especiais, garantindo uma educação de boa qualidade, com igualdade para todos, vencendo as diferenças e o preconceito (RODRIGUES, 2006).

## 5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As políticas educacionais voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência têm como propósito alcançar um número maior de alunos com deficiência, que venham a ingressar na educação. O acesso à educação vai muito além do que apenas efetuar a matrícula junto à escola, sendo necessário suprir as necessidades educacionais com um sistema mais inclusivo (MANTOAN, 2015).

O Instituto Federal do Tocantins estabelece políticas de inclusão para as pessoas com deficiência para o ensino, a fim de proporcionar o desenvolvimento da educação desde o Ensino Básico ao Superior. No IFTO Campus Palmas, no ano de 2019, o total de alunos com deficiência foi de 119, sendo a maior parte desses alunos com deficiência visual 70, e 3 intelectuais, 16 física, 1 autismo, 14 auditiva, 1 superdotação, 14 outros (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - IFTO, 2019).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO, as iniciativas e evidências de políticas de inclusão e diversidade são (2019, p. 156):

Iniciativa: Assegurar os direitos dos estudantes com deficiência, Dar suporte aos docentes e equipe técnica no atendimento aos estudantes com deficiência, Integração dos trabalhos dos núcleos, Fortalecer diálogo e cooperação com a organização estudantil, Promover o esporte adaptado no IFTO, Articular rede de relacionamento externa Evidência: Criação da Política de Inclusão do IFTO, Instrução Normativa Educação Especial, Atendimento a estudantes com deficiência, Agenda conjunta dos núcleos, Parcerias com organizações estudantis, Inclusão de modalidades adaptadas, Agenda de diálogos, parcerias, participação em conselhos com outras instituições, poder público e terceiro setor, Setor responsável: CID/PROAE/CESP.

Desse modo, é importante a formulação de políticas educacionais que venham proporcionar o desenvolvimento da educação inclusiva, como bem assegura Alves (2012), a educação inclusiva possibilita incluir todos, independentemente de suas diferenças, vencendo diversas barreiras, garantindo a igualdade de oportunidades para todos, bem como acesso à educação e a sua permanência.

As políticas de inclusão no IFTO para as pessoas com deficiência têm como finalidade garantir o acesso, permanência e êxito na conclusão desses alunos, nesse sentido, para o acesso inicial dos estudantes junto à Instituição é disponibilizado o "Edital do Vestibular Unificado em Libras e áudio" (IFTO, 2019, p. 151).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFTO, 2019, p. 154) existe: "Estímulo à permanência, Assistência estudantil, Fomento do IFTO: Auxílio-

alimentação, Auxílio-moradia, Auxílio-material didático, Auxílio-uniforme, Auxílio emergencial, Auxílio aos pais estudantes".

Evidentemente que a aplicação correta das políticas de inclusão e as ações em prol das pessoas com deficiência no processo de ensino de garantir a permanência do aluno junto à Instituição de Ensino e, conseqüentemente, seu desenvolvimento no que diz respeito à aprendizagem.

## 6 METODOLOGIA

Pesquisa é um meio de estudo que tem como finalidade buscar respostas para resolver um determinado problema que existe, através de autores com comprovações científicas, pois a pesquisa usa várias informações pertinentes para alcançar seu objetivo, ou seja, encontrar as respostas para o problema (RAMPAZZO, 2005).

Segundo Souza, Santos e Dias (2013), a pesquisa básica busca trazer novos conhecimentos, de modo a contribuir no desenvolvimento do meio científico e, na obtenção dos dados da pesquisa.

Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória torna a relação do pesquisador com o problema a ser estudado mais flexível na obtenção dos dados. A pesquisa descritiva tem como intuito destacar ou descrever as características do objeto estudado.

O presente trabalho foi realizado em buscar de alcançar os objetivos desta pesquisa, para isso a pesquisa assume como sendo pesquisa exploratória por se utilizar de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa também se define como descritiva, pois descreve, ao longo da pesquisa, a obtenção dos dados colhidos para o alcance do objetivo do presente trabalho.

Segundo Gil (2002), na análise qualitativa é importante a interpretação dos dados, pois os procedimentos analíticos utilizados passam a depender da capacidade e do estilo do pesquisador.

Conforme citado acima, será utilizada como forma de abordagem qualitativa para o tratamento dos dados, visto a utilização de um levantamento documental em documentos institucionais e leis, e materiais bibliográficos, como livros. De acordo com a natureza da pesquisa, para melhor apreciação dos dados, se utilizará de modo intuitivo.

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos, no primeiro capítulo são abordados os aspectos históricos da educação para as pessoas com deficiência no Mundo e no Brasil. O capítulo dois trata acerca das principais leis que regulamentam a educação no Brasil, e o capítulo três enfoca sobre a educação inclusiva no IFTO Campus Palmas e, por fim, o capítulo quatro trata das políticas educacionais.

A pesquisa se caracteriza como documental em função do uso de documentos institucionais, tais como: regimento interno, plano de desenvolvimento institucional, entre outros, para obtenção de resposta sobre o objeto em pesquisa.

De acordo com Rampazzo (2005), A pesquisa documental usa de fontes primárias encontradas em documentos que podem ser reelaborados conforme o objetivo da pesquisa.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados envolveram levantamento documental com documentos institucionais, tendo como principal fonte o regimento geral do IFTO, o plano de desenvolvimento institucional do IFTO, regimento interno do NAPNE IFTO Campus Palmas para com isso obter as respostas sobre o tema.

Na coleta dos dados da pesquisa foram utilizadas fontes primárias, tendo em vista a obtenção de informação em documentos institucionais. Também foram utilizadas fontes secundárias, com pesquisa em livros de autores que tratam sobre o assunto abordado.

As informações obtidas para a conclusão desta pesquisa foram retiradas da base de dados do site do IFTO, em leis e, também, através de livros. Os documentos institucionais e as leis foram selecionados de acordo com o objetivo da pesquisa, os livros foram utilizados para a contextualização acerca do tema.

A Confiabilidade da pesquisa decorre de ser baseada em documentos institucionais e leis, bem como em autores que abordam o tema, como: Jannuzzi, Mantoan, Smith, tendo sido utilizados 18 livros e 3 documentos institucionais, tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO, entre outros documentos, três leis, para realização da metodologia foram utilizados três livros sobre os métodos utilizados na pesquisa.

Portanto, para melhor apreciação das informações foi utilizado o levantamento documental, tendo sido escolhidos os regimentos interno e o plano de desenvolvimento da Instituição. De forma a alcançar o objetivo da pesquisa, conhecer as políticas de inclusão no IFTO para as pessoas com deficiência para o acesso e permanência, as ações pelo NAPNE do Campus Palmas.

## 7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho foi realizado por meio de uma busca bibliográfica em livros sobre o tema, e através desses autores foi possível destacar a importância da educação para as pessoas com deficiência, bem como as políticas de inclusão para os deficientes, tendo sido feito um levantamento documental em documentos institucionais disponíveis no site do IFTO. Os documentos utilizados para atingir o objetivo da pesquisa permitiram realizar uma análise no regimento geral do IFTO, regimento interno do NAPNE Campus Palmas, o plano de desenvolvimento institucional do IFTO, e parte dessa análise proporcionou verificar as políticas de inclusão do IFTO para os alunos com deficiência e, também a atuação do NAPNE no Campus Palmas no acesso e na permanência desses estudantes.

Para a coleta dos dados se aplicou uma abordagem qualitativa, pois a pesquisa qualitativa depende da interpretação do pesquisador, de forma descritiva. A pesquisa se classifica como sendo exploratória por proporcionar maior familiaridade com o problema.

No trabalho foram citados autores que se referem sobre a educação inclusiva, a importância das políticas de inclusão de pessoas com deficiência no meio educacional, e foram utilizados 18 livros com autores sobre o tema, assim como documentos institucionais para conhecer sobre a atuação do NAPNE no IFTO Campus Palmas para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência na educação, as políticas de inclusão do IFTO.

Os dados coletados, inicialmente, envolveram as iniciativas e evidências das políticas de inclusão e diversidade do IFTO, que são:

Quadro 1 – Políticas de inclusão e diversidade

<b>Iniciativa</b>	<b>Evidência</b>	<b>Setor Responsável</b>
Assegurar os direitos dos estudantes com deficiência.	Criação da Política de Inclusão do IFTO.	CID/PROAE
Dar suporte aos docentes e equipe técnica no atendimento aos estudantes com deficiência.	Instrução Normativa Educação Especial: Atendimento a estudantes com deficiência.	CID/PROAE
Integração dos trabalhos dos núcleos.	Agenda conjunta dos núcleos.	CID/PROAE
Fortalecer diálogo e cooperação com a organização estudantil.	Parcerias com organizações estudantis.	CID/PROAE
Promover o esporte adaptado no IFTO.	Inclusão de modalidades adaptadas.	CID/PROAE



		CESP/PROAE
Articular rede de relacionamento externa.	Agenda de diálogos, parcerias, participação em conselhos com outras instituições, poder público e terceiro setor.	CID/PROAE

Fonte: IFTO (2019).

De acordo com quadro acima, as políticas voltadas para as pessoas com deficiência buscam garantir, além do acesso à educação como também a permanência, tentando assim evitar a evasão escolar.

Muitos estudantes, com ou sem deficiência, deixam o ambiente escolar por vários fatores, sejam esses social, econômico ou outros e, nesse sentido, o presente trabalho buscou conhecer as ações que o IFTO promove para permanência dos estudantes e, assim, foram coletadas informações sobre o estímulo à permanência estudantil no IFTO.

#### Quadro 2 – Estímulo à permanência

Assistência estudantil Benefícios concedidos aos estudantes	Fomento do IFTO: Auxílio-alimentação; Auxílio-moradia; Auxílio-material didático; Auxílio-uniforme; Auxílio emergencial; Auxílio aos pais estudantes; Auxílio transporte urbano e interurbano; Bolsa formação profissional; Bolsa-atleta; Auxílio-viagem; Fomento externo; Bolsa Permanência – FNDE; Alimentação Escolar – FNDE.
--	---

Fonte: IFTO (2019).

Segundo o plano de desenvolvimento Institucional do IFTO (2019), no ano de 2018, cerca de 70% dos alunos que receberam benefícios de assistência estudantil permaneceram no ambiente escolar.

Para efetivar as ações, as políticas de inclusão e diversidade voltadas para as pessoas com deficiência no IFTO, por meio da pró-reitoria de assuntos estudantis, estabelece a execução através do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas com a supervisão da coordenação de educação inclusiva,

assim foram coletadas informações sobre os principais objetivos específicos do NAPNE Campus Palmas, para atender aos alunos com deficiência.

Quadro 3 – NAPNE - IFTO Campus Palmas

Principais objetivos específicos do NAPNE Campus Palmas	<p>I - Instituir programas e projetos na área da educação inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão com êxito de alunos com necessidades específicas no IFTO;</p> <p>II - Estabelecer e divulgar políticas de inclusão e ações afirmativas no tocante à legislação em vigor no país;</p> <p>III - Proporcionar apoio sócio-psicopedagógico aos docentes, quanto à inclusão de alunos com necessidades específicas;</p> <p>IV - Atender as especificidades dos discentes com necessidades específicas matriculados no IFTO;</p> <p>V - Oferecer orientações, capacitações, adequações e adaptações que garantam a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas.</p>
---	--

Fonte: IFTO (2017).

Conforme os quadros apresentados com a execução das ações, das políticas de inclusão e diversidade e os objetivos do NAPNE é possível garantir uma assistência aos alunos com deficiência no processo educacional, bem como também que esses alunos possam permanecer e concluir seus cursos com êxito, formando assim profissionais capacitados para o mercado do trabalho.

De acordo com os dados já apresentados, é possível observar que o NAPNE Campus Palmas auxilia para o acesso e, também, para a permanência dos estudantes com deficiência na educação. Entretanto, é importante ressaltar que a participação da família é fundamental para que ocorra um trabalho em conjunto com a Instituição de Ensino.

## 8 CONCLUSÃO

O presente trabalho permitiu identificar as políticas de inclusão e diversidade para as pessoas com deficiência no IFTO, e as contribuições para o desenvolvimento da educação inclusiva visando o acesso e a permanência, avaliando os estímulos para permanência dos estudantes e, também, compreender a atuação do NAPNE - IFTO Campus Palmas para atender as pessoas com deficiência para que seja garantida a aprendizagem.

As políticas de inclusão e diversidade do IFTO para as pessoas com deficiência promovem o desenvolvimento da educação inclusiva, com ações que venham garantir o acesso e a permanência, com estímulo à permanência estudantil, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas NAPNE - IFTO Campus Palmas é responsável por acompanhar os estudantes com deficiência, bem como também pela capacitação de profissionais na área da educação inclusiva.

Os resultados apresentados são decorrentes de pesquisa em documentos institucionais utilizados para chegar até os dados obtidos. Por isso, fica evidente que os recursos metodológicos utilizados permitiram alcançar o objetivo da pesquisa. Espera-se, dessa forma, que esses propiciem contribuições para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva.

Os progressos na educação para as pessoas com deficiência se atribuem, com certa razão, à criação de políticas de inclusão para os deficientes, por isso se debate a importância da educação na vida do cidadão. Nesse sentido, ressalta-se que o aprimoramento de ações e de políticas de inclusão para que possam alcançar cada vez um número maior de pessoas com deficiência.

Por fim, pode-se chegar à conclusão de que a criação das políticas de inclusão e diversidade do IFTO têm como propósito garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação. Logo, é indiscutível que a atuação do NAPNE ajude na diminuição da evasão escolar para os alunos com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ACIEM, Tânia Medeiros; SALA, Eliana (orgs.) **Educação inclusiva: Aspectos político-sociais e práticos**. Jundiaí: Paco, 2013.

ALVES, Fátima. **Inclusão: Muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emedas Constitucionais de Revisão. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 29 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 1996.

BUBLITZ, Michelle Dias: **Pessoa com deficiência e teletrabalho: Um olhar sob o viés da inclusão social**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: Questões conceituais e de atualidade**. São Paulo, EDUC, 2014.

BUENO, José Geraldo Silveira; BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim; MUNAKATA, Kazumi **A produção do conhecimento no campo da educação especial**. São Paulo: Juqueira & Marin, 2018.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas-avanços e desafios**. São Paulo: Autêntica, 2017.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Os direitos sociais e sua regulamentação: Coletânea de leis**. São Paulo: Cortez, 2014. Ebook-Kindle.

FERREIRA, Márcia Vales. **Educação especial inclusiva**. Joinville: Club de Autores, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Secretaria de educação profissional e tecnológica**. Campo Palmas. Disponível em: [www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br). Acesso em: 22 nov. 2020.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2017.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; BARROCO, Sonia Mari Shima. **Educação especial e teorias histórico-cultural**: Contribuições para o desenvolvimento humano. Curitiba: Appris, 2018. Ebook-Kindle.

LIMA, Isabel; PINTO, Isabela; PEREIRA, Silvia (ed.). **Políticas públicas e pessoa com deficiência**: Direitos humanos, família e saúde. Salvador: EDUFBA, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PINHO, Sheila Zambello de. **Formação de educadores**: O papel do educador e sua formação. São Paulo: Unesp, 2009.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Educação inclusiva**. São Paulo: Senac, 2019. Ebook-Klinde.

SMITH, Deborah D. **Introdução à educação especial**: Ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Girlene Santos de; SANTOS, Anacleto Ranulfo dos; DIAS, Viviane Borges. **Metodologia da pesquisa científica**: A construção do conhecimento e do pensamento científico no processo de aprendizagem. Porto Alegre: Animal, 2013.

STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUIRA, Juan José Mouriño (org.). **Educação especial**: Em direção à educação inclusiva. 4. ed. São Paulo: PUCRS, 2012. Ebook-Kindle.

VEIGA, Rosemari Silva da. **Inclusão**: Uma questão de atitude. Curitiba: Appris, 2020.